

INQUIRIÇÕES
MANUELINAS
DE TRÁS-OS-MONTES
EDIÇÃO INTERPRETATIVA

MARIA OLINDA RODRIGUES SANTANA

 Publicações
da Pena Perfeita

Maria Olinda Rodrigues Santana

SUMÁRIO

Direcção da Coleção

SÉRGIO SOUSA

Professor do Instituto de Letras e Ciências Humanas
da Universidade do Minho

JOSÉ BARBOSA MACHADO

Professor do Departamento de Letras

INQUIRIÇÕES MANUELINAS DE TRÁS-OS-MONTES

EDIÇÃO INTERPRETATIVA

1. Introdução	7
2. Inventário das inquirições	16
3. Inquirições manuais	23
4. Breve descrição das inquirições manuais de Trás-os-Montes	27

Capítulo II: edição interpretativa

das inquirições manuais de Trás-os-Montes

1. Critérios editoriais	27
2. Nomenclatura interpretativa	29
3. Códigos de Trás-os-Montes	31
4. Códigos de Trás-os-Montes	31
Doc. 1: inquirição manuscrita de Miranda	31
Doc. 2: inquirição manuscrita de Bemposta	31
Doc. 3: inquirição manuscrita de Vale de Nogueira (Bragança)	31
Doc. 4: inquirição manuscrita de Vimeiro, Bragança	31
Ferreira, Vila Franca, Samediz, Vale da Pena	70
Doc. 5: inquirição manuscrita	70

INTRODUÇÃO

As inquirições manuelinas de Trás-os-Montes são documentos avulsos guardados em diferentes fundos e colecções, no IAN/TT. Foram exaradas, no decurso da reforma manuelina dos forais antigos, mais concretamente, entre 1498 e 1517. São, na sua maior parte, documentos datados, localizados e assinados, revestindo-se de algum interesse para a compreensão do funcionamento da reforma foraleira e, concomitantemente, para o aclarar da história da língua portuguesa, num período de transição do português arcaico para o português moderno.

As dificuldades de as localizar, por falta de inventários deste tipo de fontes, no Instituto dos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo, e de as editar, em virtude do mau estado de conservação do suporte (papel), fizeram com que esta documentação permanecesse inédita, durante séculos.

Depois de inúmeras pesquisas, foram inventariadas e editadas, numa edição diplomática, as 22 inquirições de Trás-os-Montes, encontradas no IAN/TT.

A primeira edição deste conjunto documental foi realizada para um trabalho académico e, por conseguinte, para um público restrito (SANTANA 1998. Vol. I: 399-605).

Concordando com António H. A. Emiliano, cremos que a edição de fontes primárias medievais e, também, modernas não se esgota num “único tipo de edição, por mais fiável ou rigorosa que a edição seja; daí a imensa vantagem de que se reveste a edição dupla, ou seja, paralelamente em formato conservador e em formato interpretativo” (EMILIANO 2004: 38).

Existindo já uma edição em formato conservador, era necessário fazer uma edição interpretativa das 22 inquirições manuelinas de Trás-os-Montes para as dar a conhecer a um público mais alargado.

Tratando-se, pois, de uma documentação significativa no acervo documental produzido, durante a reforma manuelina dos forais concretizada, no reinado de D. Manuel I, de 1496-1520; mais não seja por esse facto, consideramos de todo o interesse divulgar este corpus documental junto de um público abrangente. Acresce que, não se conhecendo edições de corpora de inquirições manuelinas, a edição interpretativa de uma colecção de textos desta natureza e sincronia (finais do século XV e inícios do XVI) servirá como base de trabalho para futuros estudos históricos, filológicos, linguísticos, sociológicos, jurídicos entre outros.

Esta edição contribuirá, por conseguinte, para o preenchimento de lacunas nos domínios, sobretudo, da história e da filologia portuguesas, porquanto concerne a um tipo de documentação muito desatendido dos estudiosos portugueses.

No trabalho proposto, no capítulo I, fizemos uma referência à reforma manuelina, tendo tratado, sobretudo, os antecedentes desta reforma, apresentámos um inventário das fontes foraleiras manuelinas de Trás-os-Montes e a constituição do corpus e facultámos, ainda, uma breve descrição material das inquirições.

No capítulo II, fornecemos os critérios editoriais, as normas de transcrição e a edição interpretativa, propriamente dita, das 22 inquirições manuelinas de Trás-os-Montes enquadradas nas três comarcas transmontanas existentes, na época da sua emissão.

Finalizámos o trabalho com uma conclusão, onde afluímos os principais assuntos versados, nos textos inquiridores.

CONCLUSÃO

Os documentos editados, nesta obra, pertencem a uma curta sincronia (finais do século XV e limiar do século XVI) e formam um corpus homogéneo com algumas especificidades.

As inquirições manuelinas são textos, que apresentam um pendor administrativo e jurídico, pois são constituídos por respostas a inquéritos de averiguações de direitos e deveres dos concelhos, perante a coroa e os senhorios. Incorporam, também, cartas de D. Manuel I e de Fernão de Pina dirigidas aos concelhos transmontanos e, ainda, os rascunhos, os borrões dos registos manuelinos, posteriormente, passados no *Liuro de Foraes Nouos da Comarca de Trallos Montes*.

O inquérito, que esteve na base das inquirições manuelinas de Trás-os-Montes e que serviu de molde à quase totalidade dos textos inquiridores, foi realizado pelo próprio Fernão de Pina, supervisor da reforma foraleira, na cabeça das comarcas, ou foi enviado aos funcionários centrais e aos representantes da justiça local, nos restantes casos. Fernão de Pina esteve, por exemplo, em Miranda do Douro, a 28 de Outubro de 1506 (Inquirição de Miranda), e em Vila Real, a 27 de Maio de 1507 (Inquirição de Vila Real). Como o supervisor da reforma não tinha possibilidade de se deslocar a todos os concelhos do reino, mandara o inquérito ao cuidado de um funcionário régio, a título exemplificativo ao corregedor da comarca, Fernando Afonso, “corregedor na comarca e correição de Trás-os-Montes e Entre Douro e Tâmega” (Inquirição de Freixo de Espada à Cinta, Mós e Torre de Moncorvo), ou ainda ao “corregedor da comarca de Entre-Douro-e-Minho, bacharel Pero Vaz”, para que estes funcionários conduzissem os inquéritos (Inquirição de Aguiar e Pena). Quando esses funcionários centrais não estavam presentes, o inquérito ia diri-

gido aos representantes da justiça local (juízes ordinários, procurador do concelho, vereadores e homens-bons) que deveriam fazer-se acompanhar de um escrivão da câmara ou de um tabelião público, na falta do primeiro (Inquirição de Alfândega, Inquirição de Sesulfe, etc.).

As populações eram, portanto, representadas pelo seus juízes e pelos “homens-bons”, na falta destes pelas “pessoas principais do concelho” (Inquirição de Aguiar de Pena), pelos “homens moradores e sympiz” (Inquirição de Fontes e Penaguião), ou seja, pelas pessoas mais antigas e mais idóneas do concelho, pois, quando não existiam juízes eleitos para a administração local, esta era conduzida pelos “homens-bons”, mais antigos e mais capazes de representarem e governarem os seus concelhos.

Por vezes, para além do inquérito averiguativo dos deveres e direitos das populações, foi necessário o envio de uma carta de Fernão de Pina, com a finalidade de tirar dúvidas sobre o pagamentos de certos impostos. Essas missivas eram dirigidas aos juízes de um determinado lugar. O supervisor mandou uma carta aos juízes de Frechas para tirar dúvidas sobre a dízima das igrejas (Inquirição de Frechas).

Nas reuniões, que se realizaram nas câmaras dos lugares, estariam presentes os representantes locais, mas também os funcionários dos senhorios. Na inquirição de Bemposta, há a referência a Gonçalo Cordeiro “rendeiro e procurador da Senhora Dona Mécia de Melo”, donatária da vila de Bemposta. Na inquirição de Vale de Nogueira, há alusão directa ao “almoxarife do Duque de Bragança”, Álvaro de Chaves. Na inquirição de Freixo de Espada à Cinta, Mós e Torre de Moncorvo, evidenciam-se dois funcionários do senhorio Fernão Vaz de Sampaio, Gonçalo de Lobão, escudeiro do dito Senhor, e Fradique Luís, chanceler do mesmo donatário.

Nos autos de diligência, para os forais novos, eram reproduzidas as respostas ao inquérito enviado por Fernão de Pina a todos os lugares que tinham forais, escrituras antigas, prazos ou costumes pelos quais pagassem impostos à coroa ou aos senhorios. Nesse inquérito, para além de se averiguar a existência de foral antigo ou de qualquer outra escritura, investigava-se, também, o pagamento dos direitos reais e quem tinha direito a cobrar esses direitos.

Nas inquirições manuelinas assomam, ainda, determinados temas próprios de autos inquiridores. Um dos temas mais frequentes nestes processos é, sem sombra de dúvida, o tema dos agravos, das queixas e reclamações das populações dirigidos ao próprio rei, D. Manuel I, e à comissão foraleira, constituída por Fernão de Pina e pelos desembargadores, Rui Boto e Rui da Grã, pelas usurpações cometidas pelos senhorios e seus funcionários.

Os textos das inquirições mostram, claramente, que os abusos dos senhores e dos seus funcionários eram continuados, em Trás-os-Montes, no dealbar da Época Moderna. Apresentamos alguns extractos esclarecedores: por exemplo, na inquirição de Freixo de Espada à Cinta, Mós e Torre de Moncorvo há uma alusão directa a este facto. Nessa inquirição é dito que os “fidalgos em Trás-os-Montes em tempo antigo por força e jeito levavam o que queriam aos povos”, por isso mesmo, D. Manuel mandou “declarar” nos forais novos apenas “o que directamente haviam de levar” (f. 3r).

Na verdade, os senhores tentaram e concretizaram amiúde usurpações de direitos, isso mesmo está gravado, no discurso de inúmeras inquirições: na inquirição de Bemposta, há referência a extorsões cometidas por Dona Mécia de Melo; na de Vale de Nogueira, surgem queixas contra o ouvidor do Duque de Bragança; na de Freixo de Espada à Cinta, Mós, Torre de Moncorvo, os moradores lamentaram-se dos gravames cometidos pelo Senhor Fernão Vaz de Sampaio; na de Freixiel, os foreiros foram esbulhados pelo senhorio eclesiástico e seus funcionários (Comendador Prior do Crato e o seu mordomo); na de Alijó e Favaio, os moradores reclamaram do seu senhorio (Álvaro Pires de Távora); na de Vila Real, os moradores de lugar de Ferreiros lastimaram-se dos agravos praticados pelo Marquês de Vila Real.

De todos os documentos elaborados na reforma foraleira, as inquirições são, certamente, os textos que melhor demonstram os abusos e as fraudes senhoriais, praticadas em Trás-os-Montes. Este é, pois, o tema que mais sobressai dos inquéritos preparativos dos forais novos.

Um outro tema relevante, no discurso das inquirições, é a referência textual à presença directa do mentor da reforma foraleira, D. Manuel I.

D. Manuel foi o autor moral de toda a reforma foraleira, incluindo, evidentemente, as inquirições. Nos processos das inquirições de Trás-os-Montes, D.

Manuel teve um papel interventivo e, muitas vezes, arbitral. Foi, com frequência, o mediador entre as populações e os seus senhorios. O papel interventor de D. Manuel está bem patente, na carta régia de 1497 enviada a todos os lugares do reino com o objectivo de concretizar a reforma dos forais antigos. Há uma menção a um traslado dessa carta régia, na inquirição de Bemposta. Na inquirição de Vale de Nogueira, há indicação de uma carta de D. Manuel I enviada a Álvaro de Chaves, almoxarife do Duque de Bragança, relatando uma queixa de agravos cometidos contra os moradores de Vale de Nogueira pelo seu senhorio. Na inquirição de Vimioso, há uma alusão indirecta a D. Manuel, uma vez que os moradores deste lugar traziam uma demanda na corte perante a comissão dos forais com a finalidade de confirmarem o pagamento do foro real antigo. Na inquirição de Freixiel, há também uma indicação de uma carta do rei para os juízes da vila de Freixiel com a intenção de concertar a população do lugar com o seu donatário (Comendador Rui Mendes Botelho).

Em suma, D. Manuel I, na reforma foraleira, teve um papel arbitral importante, ouvindo as queixas das povoações e tentando dissipar os conflitos entre o poder senhorial e o poder concelhio. A função de mediação entre os concelhos e os senhorios cabia à comissão foraleira, mas, muitas vezes, os representantes locais preferiram dirigir-se ao próprio rei, na ânsia de verem os seus problemas resolvidos e, D. Manuel, por sua vez, sempre os atendeu, tentando resolver as contendas.

Nos processos das inquirições, para além da presença do seu mentor, o rei, e do seu executor, Fernão de Pina, aparecem também os outros dois membros da comissão foraleira, os desembargadores, Rui Boto e Rui da Grã, que despacharam e verificaram todas as inquirições manuelinas de Trás-os-Montes. Os seus despachos estão averbados na quase totalidade das inquirições. Ocorrem, igualmente, os inquiridores (corregedores das comarcas, meirinhos), os redactores (escrivães das câmaras, tabeliães) e a justiça local (juízes locais, homens bons, “pessoas principais” e antigas, etc.). As inquirições oferecem, ainda, outras informações de conjunto interessantes para a compreensão da organização da classe dominante local. Muitos lugares, nesta época, já tinham a “casa do concelho” onde se reuniam os seus funcionários (Inquirição de Miranda, Inquirição de Vila Real).

Relativamente ao funcionalismo senhorial, aparecem nos textos das inquirições alusões textuais a um sem-número de cobradores (almoxarifes, rendeiros, procuradores, ouvidores, contadores). Em relação ao funcionalismo central, aparecem, tão-somente, referências aos corregedores das comarcas e correições.

Outro domínio temático recorrente, no enunciado das inquirições, é, sem hesitação, o vocabulário específico do discurso administrativo-jurídico, constituído por inúmeros vocábulos e expressões; inserido neste grande tema surgem os subtemas da composição material e da estrutura da própria inquirição. Atentemos em alguns exemplos retirados da inquirição de Fontes e Penaguião, (f. 1r): “escripto em pergaminho que tynha ^{|L08} huum sello de chumbo com as [sinal] d’ El Rey”, e da inquirição de Gouveia de Ribatamega, (f. 1r): “^{|L03} Treladou se no tombo d’ Antre Minho.”

Uma outra particularidade discursiva que ressalta, nestes processos preparativos dos forais novos, é a marca da oralidade reveladora do contexto comunicacional em que foram produzidos estes textos, na época. Na inquirição de Miranda do Douro, ocorrem as seguintes expressões representativas do contexto situacional, no qual foram produzidos os inquéritos: “e lhe foy dado iuramento pe- ^{|L15} llo dicto Fernão de Pina emformação ^{|L16} aos quaaes foy mostrado ho forall ^{|L17} da dicta uilla e preguntado pollos ^{|L18} foros e cousas conteudas em elle. ^{|L19} E disse o mesmo Lourenço Pimentell alquaide pre- ^{|L20} sente em nome d’ Alvaro Pirez”. Na inquirição de Ansiães, encontram-se outras marcas do contexto situacional “^{|L02} A derradeiro de Mayo V^C VI, em Sanhoane da ^{|L03} Pesqueyra, uieram os iuizes e ofiçiaes e muitos ^{|L04} dos homeens boons, sendo yso mesmo chamado ^{|L05} o Senhorio do dito lugar, e per iuramento ^{|L06} disseram que eu tynha o seu foral o qual lhe ^{|L07} mostrey e responderão as cousas della ^{|L08} na forma que se sege”. Poderíamos citar a quase totalidade das inquirições onde estas marcas comunicacionais estão presentes.

O tema da tributação fiscal é, por certo, um dos mais significativos e frequentes, em todos os documentos foraleiros manuelinos, e proporciona um apuramento dos rendimentos reais e dominiais. Na análise deste tema, podemos assinalar os produtos mais grangeados em Trás-os-Montes, no alvor da Época Moderna. Eram, sem qualquer perplexidade, os cereais (centeio, trigo e

milho miúdo), o linho, o vinho, algum azeite, a castanha, os legumes, os frutos verdes e secos.

A criação de gado (porcino, ovino, bovino, equino), a pesca (pesqueiras do rio Douro e afluentes), a caça eram actividades subsidiárias e ajudavam no sustento das populações, sendo igualmente tributadas pelos senhores.

A referência ao comércio interno e à pequena indústria, essencialmente, artesanal aparece indirectamente no título da portagem de compra e venda (inquirições de Miranda, Bemposta, Vimioso, etc.).

Um outro tema habitual é o da demarcação dos limites dos lugares com indicação das confrontações, outras vezes com alusão à mudança dos limites (inquirição de Freixo de Espada à Cinta, Mós, Torre de Moncorvo, inquirição de Torre Dona Chama, inquirição de Alfândega). Este tema não é tão frequente como nas chancelarias medievais de D. Afonso III e D. Dinis, mas mesmo assim é importante, sobretudo, porque as populações temiam uma diminuição dos limites concelhios a favor da coroa e dos senhores.

Podemos concluir que o homem transmontano, no dealbar de Quinhentos, se encontrava ligado à terra, por isso a sua principal actividade era a agricultura. As actividades complementares eram, como referimos, o comércio, o artesanato, a pequena indústria, a pesca e a caça.

A reforma foraleira manuelina teve como principal objectivo o desenvolvimento da economia interna do reino, mas, para que tal acontecesse, era fundamental implementar um conjunto de outras reformas: monetária, ponderal e legislativa. Nos textos das inquirições manuelinas de Trás-os-Montes ecoam essas outras reformas, por exemplo, na inquirição de Fontes e Penaguião, há uma menção directa à actualização das medidas antigas de Valdigem pelas medidas actualizadas, correntes, numa alusão à reforma dos pesos e medidas que antecedeu a reforma foraleira. A actualização monetária sobressai no enunciado de todos os documentos editados, pois as moedas antigas (maravedis, soldos, etc.) foram actualizadas pela moeda reformada (o real).

Ora, todas estas reformas (moeda, pesos, medidas, legislativa, entre outras) foram concretizadas por D. Manuel I, e, sem elas, a reforma dos forais antigos não teria tido a repercussão que teve na modernização geral do reino.

No fundo, as inquirições manuelinas podem vir a constituir importantes corpora textuais para o conhecimento da centralização do poder efectivada pela coroa e seu funcionalismo. São, também, textos importantes no desvendar dos atritos existentes entre senhorios e comunidades locais, mostrando a resistência das oligarquias locais ao poderio senhorial. Na verdade, o tema que mais se destaca, nos textos inquiridores, é o das usurpações cometidas pelos senhorios laicos e eclesiásticos, detentores de grande poder fundiário e económico, nesta região.

Trata-se de uma documentação extremamente interessante para o conhecimento do real poder dos grupos sociais (comunidades, senhorios, funcionalismo) envolvidos na conflitualidade causada, sobretudo, por perda ou ganho de rendimentos.

Estes são, apenas, alguns dos assuntos-charneira que emergem da leitura das inquirições manuelinas de Trás-os-Montes.

Neste momento, estamos a realizar uma análise estatístico-lexical deste corpus, com a finalidade de aprofundar as suas temáticas mais significativas. Logo que seja possível divulgar essa análise, forneceremos um estudo vocabular e discursivo mais fundamentado das mencionadas inquirições.